

DO JUDAÍSMO AO CRISTIANISMO: UMA LEITURA ANTROPOLÓGICA SOBRE RELAÇÕES PRÉ-MATRIMONIAIS

Robson André Scheineider*

Resumo: Vivemos numa época de grande liberalismo em que praticamente tudo é permitido ou possível de ser feito, não levando em consideração valores e princípios que nossos antepassados tinham por pilar fundamental. Partindo desse contexto, propomos uma brevíssima leitura sobre as relações pré-matrimoniais do povo semita (Israel do Antigo Testamento) e do cristianismo, enfatizando o catolicismo. Elencamos a estruturação, bem como a forma com que essas se constituíram no Antigo Testamento, além de sua contribuição para a compreensão e organização das mesmas para o cristianismo. Contemplamos a posição da Igreja Católica sobre o contexto das relações pré-matrimoniais, enfatizando o período do namoro como oportunidade de conhecimento mútuo e o noivado como preparação ao matrimônio. Os desafios pastorais como a postergação do matrimônio, a iniciação sexual cada vez mais precoce dos jovens adolescentes e a necessidade de um acompanhamento pastoral dos jovens para que possam discernir a vocação do matrimônio a fim de constituir uma família. Recorremos à literatura de teólogos, documentos da Igreja Católica, fundamentação bíblica, além das contribuições da Exortação Apostólica Pós-Sinodal *Amoris Lætitia*¹.

Palavras-chave: Relações. Matrimônio. Igreja. Pastoral.

FROM JUDAISM TO CHRISTIANITY: AN ANTHROPOLOGICAL READING OF PREMARITAL RELATIONSHIPS

Abstract: We live in a time of great liberalism in which virtually everything is allowed or possible to be done, not taking into account values and principles that our ancestors had as a fundamental pillar. Starting from this context, we propose a very brief reading on the premarital relations of the Semitic people (Israel of the Old Testament) and Christianity, emphasizing Catholicism. We listed

* Acadêmico do primeiro semestre do Curso de Teologia da Faculdade Palotina – FAPAS, 2022. E-mail: rscheineider@gmail.com

¹ *Amoris Lætitia* em Latim significa “a alegria do amor”. O Santo Padre, o Papa Francisco, ao nominar a Exortação Apostólica, faz menção sobre o amor na família.

the structure as well as the way in which they were constituted in the Old Testament, as well as their contribution to their understanding and organization of Christianity. We contemplate the position of the Catholic Church on the context of premarital relationships, emphasizing the period of dating as an opportunity for mutual knowledge and engagement as preparation for marriage. Pastoral challenges such as the postponement of marriage, the increasingly early sexual initiation of young adolescents and the need for pastoral accompaniment of young people so that they can discern the vocation of marriage in order to form a family. We use the literature of theologians, documents of the Catholic Church, biblical foundation, in addition to the contributions of the Post-Sinodal Apostolic Exhortation *Amoris Lætitia*.

Keywords: Relationships. Marriage. Church. Pastoral.

Considerações iniciais

A presente pesquisa desenvolvida visa contemplar ao longo do contexto histórico da humanidade a visão, compreensão e posicionamento, frente às relações pré-matrimoniais, do povo semita, da Igreja Católica e de autores (teólogos) que contribuíram sobre o referido tema contemplado.

Num primeiro momento abordaremos como a humanidade e a Igreja² passaram a ver e a viver as relações pré-matrimoniais, bem como a definição do tema pesquisado. A seguir discorreremos algumas situações que, como sacerdotes, poderemos contemplar nas atividades pastorais e, conseqüentemente, necessitaremos orientar e conduzir da melhor forma possível nossos fiéis.

Fazemos menção sobre a importância da vivência da castidade durante o namoro e o noivado como forma de preparação para a constituição da instituição familiar, haja vista o propósito dos noivos em receber o sacramento

² No presente artigo quando nos referirmos a Igreja, nos dirigimos a Igreja Católica Apostólica Romana.

do matrimônio, perpassando pela posição da Igreja, de modo especial sob o viés da Exortação Apostólica Pós-Sinodal *Amoris Lætitia* do Papa Francisco.

1 Definição de relações pré-matrimoniais e o seu contexto histórico

1.1 Visão antropológica sobre relações pré-matrimoniais

Neste brevíssimo esboço sobre relações pré-matrimoniais nos deteremos no contexto histórico antropológico da origem judaica – narrados na Sagrada Escritura – uma vez que herdamos e acolhemos no cristianismo muitas práticas e costumes, especialmente a fé do povo judeu num Deus único.

A união entre um homem e uma mulher no tangente a sua união íntima (sexual), a fim de constituir relações matrimoniais, foi-se desenvolvendo e se estruturando ao longo do tempo, sendo adotadas determinadas práticas e normas orientativas que passaram a ser seguidas por um determinado povo, etnia, grupo, tribo ou clã, estabelecendo regras e orientações para as questões matrimoniais.

As relações pré-matrimoniais correspondem a um conjunto de comportamentos e práticas sexuais realizadas antes de se estabelecer o casamento (matrimônio). Não dizem respeito apenas ao ato sexual em si realizado antes de contrair as núpcias, mas também quanto a postura e atitudes dos namorados e noivos.

As religiões monoteístas³ consideram que a relação sexual entre um homem e uma mulher só pode ocorrer após o casamento, sujeito a sanções e penas que poderiam resultar na pena capital por apedrejamento, por exemplo,

³ A palavra monoteísta refere-se às religiões que creem na existência de um único Deus. São três as religiões monoteístas: Cristianismo, Islamismo e Judaísmo.

conforme narrado nas sagradas escrituras, em especial no livro do Deuteronômio⁴.

Ao iniciarmos nossos estudos sobre relações pré-matrimoniais, remetemo-nos ao livro do Gênesis, quando o Senhor na sua infinita sabedoria decide e determina a nossa criação. “E Deus disse: *‘Façamos o homem a nossa imagem, como nossa semelhança’*” (Gn 1,26). Desde o princípio o homem⁵, e a mulher, não foram criados para viverem sozinhos, por isso “Iahweh Deus disse: *‘não é bom que o homem esteja só. Vou fazer uma auxiliar que lhe corresponda’*” (Gn 2,18). Continuando a leitura deste livro encontramos nos versículos seguintes o relato histórico do que se constituiria a primeira expressão de relação entre dois seres criados a imagem e semelhança de Deus.

[...] Então Iahweh Deus fez cair um torpor⁶ sobre o homem, e ele dormiu. Tomou uma de suas costelas e fez crescer carne no seu lugar. Depois, da costela que tirara do homem, Iahweh Deus modelou uma mulher e a trouxe ao homem. Então o homem exclamou: *“Esta, sim, é osso dos meus ossos e carne da minha carne! Ela será chamada mulher, porque foi tirada do homem”*. Por isso, o homem deixa seu pai e sua mãe, se une à sua mulher, e eles se tornam uma só carne (Gn 2,21-24, grifo nosso).

Em Gênesis 2,24 percebemos o que poderia vir a ser o primeiro relato de uma relação pré-matrimonial. Percebemos, portanto, que o ato de união entre um homem e uma mulher faz-se registrado desde o início da criação. Numa tomada mais teológica temos o mandato do Criador *“sede fecundos, multiplicai-vos”* (Gn 1,28), configurando assim o caráter principal que perdurou por muitos

⁴ Recorremos a Bíblia de Jerusalém, edição 2002, para as citações bíblicas ao longo desse artigo.

⁵ Ressaltamos o contexto histórico em que os textos bíblicos foram escritos, por isso a narrativa bíblica (tradição semítica) pontua o gênero masculino apenas. Ao longo deste artigo o leitor perceberá que, quando nos referirmos ao ‘homem’, não estamos nos referindo apenas ao sexo masculino; empregamos o gênero homem para especificar enquanto ser humano, criatura feita a imagem e semelhança de Deus.

⁶ Sono profundo.

séculos, onde o matrimônio tinha por finalidade apenas o ato unitivo entre o homem e a mulher com o intuito da procriação, da perpetuação humana.

Desde os tempos remotos, a questão da pureza sexual sempre foi importante, principalmente para o povo hebreu. O ato sexual era visto como algo sagrado, devendo acontecer após o enlace matrimonial. Por isso, toda e qualquer relação sexual realizada fora do casamento era, e ainda é visto como um ato pecaminoso grave, podendo ser punido com a morte ou, de modo mais geral, com a obrigação do varão casar-se com a jovem sem ter o direito de repudia-la (Dt 22,28-29).

De acordo com Durand (1989), o Antigo Testamento condena as relações sexuais fora do casamento como a fornicação, estupro e a prostituição. Da mesma forma o Novo Testamento condena a libertinagem, luxúria, fornicação, prostituição e imprudência.

A prática sexual fora do matrimônio desde o tempo de Moisés era considerada pecaminosa e as pessoas que a praticassem eram declaradas adúlteras, uma vez que infringia o 7º mandamento da Lei Mosaica (Decálogo), conforme Ex 20,14 e Dt 5,18. Para Durand “o adultério é uma traição da fidelidade mútua no casamento [...] o adúltero esquece da aliança com Deus” (1989, p. 162).

Essa forma de vivenciar o matrimônio não diz respeito apenas ao povo judeu e aos cristãos. Outras crenças também professam e comungam da mesma vertente, entendendo a relação sexual como algo que perpassa os prazeres carnis momentâneos do ato sexual, haja vista que o corpo é também sagrado em muitas culturas, logo o ato sexual deve ser vivido com total preparação e maturidade para tal finalidade da união entre dois corpos, estando o casal aberto à vida.

1.2 Posição da Igreja sobre relações pré-matrimoniais

Azpitarte nos diz que “a Igreja sempre condenou todo tipo de relação sexual fora do matrimônio como fornicação” (1997, p. 228). Essa posição tem por fundamento o ato procriador oriundo da prática sexual, visando a proteção da criança que poderia resultar dessa prática, tendo em vista que nascemos totalmente dependentes dos outros para que possamos sobreviver nos primeiros anos da nossa existência. Assim, entendendo a responsabilidade desse ato e das partes envolvidas, surge a família como “célula originária da vida social” (CIC⁷, n. 2207), uma instituição capaz de acolher e criar com amor os filhos resultados da relação sexual entre um homem e uma mulher.

O período de namoro e de noivado é visto como uma oportunidade de conhecimento prévio das intenções do homem e da mulher que desejam constituir uma família. Para Rocca “a sexualidade é considerada como um chamado a uma forma de vida especial de amor e entre homem e mulher que consiste na doação total e recíproca de si mesmos no serviço à vida, segundo o projeto de Deus” (1993, p. 131).

Durand faz uma leitura interessante do olhar moral da Igreja sobre as relações sexuais fora do casamento, conforme a seguir:

No ensinamento moral católico, notadamente no ensino popular, a tendência é quase sempre colocar no mesmo nível todas as faltas de ordem sexual. A união sexual dos noivos provocava a mesma indignação

⁷ CIC – sigla de Catecismo da Igreja Católica para Língua Portuguesa. Em língua latina – *Catechismus Ecclesiae Catholicae* – CEC é a sigla. Geralmente pode ser empregado a sigla CIGC nos documentos da Igreja para não confundir com o CIC – *Codex Iuris Canonici*, em Latim, para o Código de Direito Canônico. Neste artigo utilizaremos a sigla CIC, uma vez que ao citarmos o Código de Direito Canônico citaremos o cânon correspondente. Utilizamos como referência a edição típica vaticana no Brasil publicado em São Paulo pela Edições Loyola no ano 2000.

que a união com uma prostituta ou os jogos sexuais superficiais (1989, p. 173).

Hodiernamente, consta-se que muitos jovens que estão namorando, antes de iniciar o processo de namoro, tiveram relações sexuais, invertendo o contexto proposto pela Igreja. Percebemos que há uma banalização da sexualidade. O que era intocável, guardado como o mais íntimo e puro, passou a ser deturpado, sendo quase que algo normal para a atual geração de jovens e adolescentes. Alguns casais de namorados, especialmente as mulheres, relatam que seus parceiros, os homens, pedem uma 'prova de amor para seguir na relação' e essa prova é o ato sexual. E, nesse caso, a maioria delas acabam cedendo à prática do ato sexual, sem amor, apenas com o intuito de satisfação carnal. Muitos relacionamentos terminam após o homem conseguir o que desejava, o ato sexual. Refletiremos sobre este ponto. Citaremos o que Jesus disse aos fariseus quando esses lhe questionaram sobre o divórcio ou repúdio de uma mulher.

Alguns fariseus se aproximaram dele, querendo pô-lo à prova. E perguntaram: "É lícito repudiar a própria mulher por qualquer motivo?" Ele respondeu: "Não lestes que desde o princípio o Criador *os fez o homem e mulher?* e que disse: *Por isso o homem deixará pai e mãe e se unirá à sua mulher e os dois serão uma só carne?* Portanto o que Deus uniu, o homem não deve separar" (Mt 19, 3-6).

Constata-se na fala de Jesus que o matrimônio é sagrado e está inserido no plano divino da criação, que é toda e fundamentalmente 'Dom de Deus' e nós seus cooperadores. Relacionando o texto acima extraído do evangelho de São Mateus com o Catecismo da Igreja Católica, observamos o que o magistério da Igreja foi elaborando ao longo dos séculos e ratificando como caminho de preservação das relações que devem ser vivenciados pelos noivos:

Os noivos são convidados a viver a castidade na continência. Eles farão, neste tempo de prova, uma descoberta do respeito mútuo, uma aprendizagem da fidelidade e da esperança de um e outro, se receberem das mãos de Deus. Reservarão para o tempo do matrimônio as manifestações de ternura específicas do amor conjugal. Ajudando-se mutuamente a crescer na castidade (CIC, n. 2350).

O magistério da Igreja como vimos acima, orienta aos noivos a continência e a castidade como forma de fidelidade e ternura entre os que se vão tornar cônjuges. O Código de Direito Canônico⁸, como instrumento legislador da Igreja, orienta no mesmo sentido do Catecismo, mas este traz elementos implicativos e pastorais a serem vistos nas relações antes do matrimônio.

Os pastores de almas têm a obrigação de cuidar que a própria comunidade eclesial preste assistência aos fiéis, para que o estado matrimonial se mantenha no espírito cristão e progrida na perfeição. Essa assistência deve prestar-se sobretudo: 1º pela pregação, pela catequese apropriada aos menores, aos jovens e adultos, mesmo pelo uso dos meios de comunicação social, com que sejam os fiéis instruídos sobre o sentido do matrimônio e o papel dos cônjuges e pais cristãos; 2º com a preparação pessoal para contrair matrimônio, pela qual os noivos se disponham para a santidade e deveres de seu novo estado; 3º com a frutuosa celebração litúrgica do matrimônio, pela qual se manifeste claramente que os cônjuges simbolizam o mistério da unidade e do amor fecundo entre Cristo e a Igreja, e dele participam; 4º com o auxílio prestado aos casados para que, guardado e defendendo fielmente a aliança conjugal, cheguem a levar na família uma vida cada vez mais plena e santa (Cân, n. 1063, §1-4).

Portanto, o Evangelho, o Catecismo e o Código de Direito Canônico orientam os fiéis a viverem uma opção de entrega onde reine a fidelidade e, conseqüentemente, a aliança conjugal formada a partir do matrimônio,

⁸ CDC – sigla de Código de Direito Canônico, em vernáculo. Em Latim, CIC – *Codex Iuris Canonici*. Utilizamos como referência a edição bilíngue publicada em São Paulo pela Edições Loyola em 2017.

nascendo assim a cumplicidade do casal. Ressaltamos que o amor que advém da relação entre um homem e uma mulher é uma realidade viva que deve integrar todo o ser da pessoa: realidades afetiva, física e espiritual. Sendo algo criado por Deus, este amor é em si fundamentalmente bom. Por isso para a Igreja o período de preparação do matrimônio deveria servir justamente para a edificação conjunta deste amor autêntico.

Porém, durante esse processo de conhecer um ao outro, e em ‘nome do amor’, pode ser que aconteçam relações sexuais antes do matrimônio. Sob essa perspectiva Durand afirma que “os noivos mesmo estando prestes ao matrimônio não estão livres de viver e guardar a castidade, tendo em vista que a castidade é uma virtude e uma disposição da alma e do coração, não apenas um simples fato físico” (1989, p. 169), pois como estes ainda não estão casados, logo não são marido e mulher, necessitam viver a castidade e a continência, não sendo, portanto, aconselhado práticas sexuais.

As relações sexuais fora do casamento não são plenamente morais tendo em vista que não atingem a fundo a sexualidade, pois não ocorre a aceitação do outro. Busca-se apenas o prazer momentâneo sendo, por assim, uma atitude pecaminosa, pois se esquece do aspecto unitivo e procriador, próprio do ato sexual.

Após o Concílio Vaticano II⁹, a Igreja passa a ver a relação do homem e mulher muito mais do que reprodutiva, entendendo que a mesma se constitui numa relação de familiaridade e amizade, uma reciprocidade.

⁹ Concílio Ecumênico Vaticano II ocorreu entre 1962 a 1965. Convocado pelo Papa São João XXIII e encerrado pelo Papa São Paulo VI. Foi uma série de conferências realizadas que tinham por objetivo modernizar a Igreja e atrair os cristãos católicos que haviam se afastado da Igreja.

Para corroborar com esse espírito de unidade e igualdade, recorreremos a uma brevíssima consideração de São João Paulo II na *Teologia do Corpo*¹⁰ onde o santo padre ao refletir sobre o trecho de Efésios 5,21-33 nos apresenta:

O matrimônio segundo a doutrina da Carta aos Efésios exclui aquele componente do pacto que pesava e, por vezes, não deixava de pesar sobre esta instituição. O marido e mulher são de fato submissos um ao outro, estão reciprocamente subordinados. A fonte desta recíproca submissão está na *pietas* cristã, e a sua expressão é o amor (JOÃO PAULO II, 2021, p. 369, grifo do autor).

Essa submissão não quer dizer poder, domínio, mas pelo contrário, uma profunda entrega que só será possível através do amor, concretizando-se no matrimônio. A Constituição Pastoral *Gaudium et spes*¹¹ (GS, n. 48, grifo nosso) nos diz que:

A íntima comunidade de vida e de amor conjugal fundada pelo criador e dotada de leis próprias, é instituída por meio de um contrato matrimonial, ou seja, com irrevogável consentimento pessoal. Deste modo, por meio do ato humano com o qual os cônjuges mutuamente se dão e recebem um ao outro, nasce uma instituição também à face da sociedade, confirmada pela lei divina. [...] O próprio Deus é o autor do matrimônio. [...] O homem e a mulher, que pela aliança conjugal “já não são dois, mas uma só carne” (Mt 19,6), prestam-se recíproca ajuda e serviço com a íntima união das suas pessoas e atividades, tomam consciência da própria unidade e cada vez mais a realizam.

A constituição pastoral *Gaudium et spes* elucida a importância e o significado que o ato conjugal – relação sexual – possui na vida de cada ser. A prática sexual fora do matrimônio não estabelece a aliança conjugal entre o

¹⁰ Conjunto de 129 catequeses elaboradas por São João Paulo II entre os anos 1979 e 1984 sobre sexualidade, amor e a família. Essas catequeses foram organizadas resultando na *Teologia do Corpo*, um dos escritos papais mais completo e reflexivo sobre esses temas até o momento.

¹¹ Constituição Pastoral *Gaudium et spes* faz parte dos Documentos do Concílio Ecumênico Vaticano II. Possui a sigla GS nas citações de documentos da Igreja. Em vernáculo corresponde a alegria e esperança.

homem e a mulher, não correspondendo aos planos de Deus e conseqüentemente ocorre o vazio existencial, pois o ato sexual fora do matrimônio visa apenas à satisfação carnal, haja vista que não é unitivo, não estabelecendo assim a aliança com Cristo que é a cabeça da Igreja. Dessa forma, temos que o ato sexual fora do matrimônio não é aprovado e nem recomendado pela Igreja, devendo os jovens solteiros e os enamorados guardar o celibato ou continência até o matrimônio.

2 Situações e cenário do contexto atual: desafio pastoral para com as relações pré-matrimoniais

Elencaremos agora alguns pontos que se expressam no cotidiano social e religioso: a postergação do matrimônio, a iniciação sexual cada vez mais precoce dos jovens e a importância do acompanhamento pastoral dos futuros casais, entendendo o matrimônio como uma vocação desejada e amada por Deus.

2.1 Postergação do matrimônio

Um ponto importante a destacar da atual geração juvenil é o medo do compromisso definitivo. O matrimônio passou nos últimos anos a ser visto pelos jovens como algo de grande desafio, devendo o mesmo ser evitado, pois se vê-se limitado às preocupações momentâneas de satisfação financeira e sexual. Azpitarte sob esse ponto corrobora ao dizer que “não vale a pena arriscar-se por algo definitivo que se afasta de nossas capacidades humanas [...] e a rentabilidade é o critério primário” (1997, p. 239).

Presenciamos uma imaturidade por parte dos jovens que prolongam a união matrimonial, baseada no desejo de possuir uma segurança e estabilidade financeira, projetando sobre esses o 'sucesso' do casamento. Além disso, cada vez mais os jovens estão saindo da casa de seus pais mais tarde, não ocorrendo a ruptura do laço familiar, o que contribui para a não independência estrutural pessoal do jovem.

Necessitamos romper com a cultura do medo de assumir compromissos existentes em nosso meio. Para que isso seja possível, é indispensável uma ressignificação do matrimônio para nossa juventude, a fim de que os mesmos possam viver sua vida plenamente na companhia de outra pessoa. O matrimônio não deve ser encarado como algo ruim, impossível de se viver, pelo contrário, precisa ser entendido como um projeto de vida que Deus propõe para cada criatura sua. Se tudo o que Deus criou e fez é bom (Gn 1,31), o matrimônio também é algo bom, desejado por Deus para que o homem e a mulher vivam a plenitude da criação, como filhos amados do Criador.

2.2 Iniciação sexual

Para muitos jovens nos dias de hoje as relações sexuais antes do matrimônio são para 'expressar' o quanto de amor existe na relação vivida, dando uma falsa sensação de felicidade, segurança e amor perpétuo, o que por vez não se conclui nessa tríade. Sem dúvidas, a relação e o prazer sexual exprimem um momento muito importante na vida da pessoa. Esse gesto, porém, precisa vir carregado de uma plena complementariedade de vida do homem e da mulher. Assim na medida que o prazer sexual for atingido, o clímax,

este não será mais o motivo da complementaridade pensada que existisse entre ambos.

O cenário em que nos encontramos – no tangente às relações pré-matrimoniais – não é um dos melhores, e talvez nunca o tenha sido, haja vista que o homem é, por consequência natural (biológica), um ser sexual dotado de instintos e sentimentos que, motivados pelos meios externos, contribuem para uma erotização que o leva buscar a satisfação e o prazer momentâneo.

A vida sexual não é mais assunto que envolve apenas adultos, mas sim, a juventude, tendo em vista que a iniciação de práticas sexuais tem acontecido cada vez mais cedo. Segundo Vieira *et al*¹² (2021) a idade média da iniciação sexual no sexo masculino ocorre por volta dos 13,8 anos ($\pm 1,8$), enquanto no sexo feminino ocorre por volta dos 14,5 anos ($\pm 1,6$). Assim, podemos dizer que a atividade sexual dos meninos brasileiros tem iniciado por volta dos 12 anos. Já as meninas por volta dos 13 anos. É um dado preocupante e alarmante, pois é uma parcela significativa que já está vivenciando relações sexuais sem sequer ter consciência da responsabilidade tanto social como espiritual desta prática.

Durand nos apresenta o posicionamento da Conferência Episcopal Alemã sobre a sexualidade humana. Segundo a Declaração da Conferência Episcopal Alemã:

Praticando a união sexual, os amantes mostram o sinal do casamento sem casamento. Além do mais, contrariamente àquilo que se ouve dizer o tempo todo, não é possível experimentar um casamento futuro, nas relações sexuais pré-conjugais. O dom sexual só pode ser alcançado, não pode ser posto à prova. Enfim, nessa união sexual antecipada, sem o sim que liga os dois cônjuges, esquecemo-nos de que o amor de dois seres humanos, para ser definitivamente válido, deve ser concluído

¹² O artigo **Início da atividade sexual e sexo protegido em adolescentes** está disponível em: <https://www.scielo.br/j/ean/a/xhbCGz6p8CgXWxHdhBZJZCy>. Acesso em: 10 out. 2021.

diante de Deus e dos homens. É precisamente nesse domínio que muitos querem desfrutar de uma felicidade pessoal sem levar em conta a forma de vida matrimonial que é determinante para a Igreja e para a sociedade (CONFERÊNCIA EPISCOPAL ALEMÃ apud DURAND, 1989, p. 167).

Como sacerdotes enfrentaremos situações como essas, pois é uma realidade. O que fazer? Quais as estratégias e possibilidades? Talvez o caminho seja o que nos aponta o Papa Francisco na Exortação Apostólica Pós-Sinodal *Amoris Lætitia*¹³ quando diz que:

Precisamos encontrar as palavras, as motivações e os testemunhos que nos ajudem a tocar o íntimo dos jovens, onde não são mais capazes de generosidade, de compromisso, de amor e até mesmo de heroísmo, para convidá-los a aceitar, com entusiasmo e coragem, o desafio do matrimônio (AL, n. 40).

Evidencia-se o caráter misericordioso que devemos ter para com os jovens, em especial aqueles que já vivem a prática sexual, sejam estes vivenciando a etapa do namoro ou noivado, mas também para aqueles que buscam apenas a curtição, na linguagem dos jovens o ato de 'ficar'. Nossa atitude não deve ser jamais de julgar e condenar, mas sim, buscar entender e compreender o contexto e a situação que os levaram a vivenciar algo tão belo e sagrado fora do matrimônio. Não consiste num ato de permissividade, mas sim de humanidade, de direcionamento, de aconselhamento para que os mesmos possam encontrar alternativas e caminhos para trilharem uma sexualidade equilibrada e em harmonia com o seu estado de vida, preparando-os para a vida matrimonial, com seus desafios e possibilidades.

¹³ Possui a sigla AL nas citações de documentos da Igreja.

2.3 Acompanhamento Pastoral

Para o povo semita, a educação das crianças e jovens era de responsabilidade não apenas da família e parentes, mas também da comunidade, dos vizinhos. Como já mencionávamos acima, herdamos, da mesma forma, do povo judeu essa nobre missão. Porém, percebemos que, na vida hodierna, não vivenciamos essa prática na sua totalidade, haja vista às mutações de valores e princípios sociais e culturais.

Assim sendo, no contexto das relações pré-matrimoniais, faz-se necessário o acompanhamento pastoral dos jovens, visando a promoção da vida, realizando-se na vocação que o Senhor lhes tem preparado. Christiane Blank nos apresenta algumas orientações que podem contribuir para com a Pastoral Matrimonial. Para ela, “a Pastoral Matrimonial tem de oferecer aos casais e aos futuros casais ajuda concreta e prática, por meio da qual seja possível evitar a formação de situações negativas na vida matrimonial” (BLANK, 2006, p. 134).

Com a Pastoral Matrimonial pretende-se proporcionar aos jovens casais a oportunidade de conhecerem-se melhor, suas expectativas e anseios com relação ao matrimônio, e também com relação ao outro. Por isso, os tradicionais cursos de noivos precisam passar por uma ressignificação para que possam contemplar as inquietudes e não apenas ser um momento de passividade, onde os noivos somente escutam. Esse deve ser o momento de partilha, de autoconhecimento e conhecimento da pessoa com quem se pretende assumir um compromisso tão importante quanto o matrimônio.

Sob esse aspecto a constituição pastoral *Gaudium et spes* expressa claramente a necessidade de os jovens viverem bem cada etapa de suas vidas,

devendo os mesmos serem guiados, orientados, auxiliados quanto à importância de se prepararem para o matrimônio e, assim, viver bem suas relações pré-matrimoniais. Conforme o documento:

Os jovens devem ser conveniente e oportunamente instruídos sobretudo no seio da própria família, acerca da dignidade, missão e exercício do amor conjugal. Deste modo, educados na castidade e chegada à idade conveniente, poderão entrar no casamento depois de um casto noivado (n. 48).

Certamente o caminho que trilharemos será árduo, porém necessário a fim de que possamos orientar e apontar os caminhos aos nossos jovens para que estes possam ter, ao menos, uma possibilidade de não serem submissos ou passivos em contexto que poderá machucá-los e feri-los. Não os julgando por suas ações e a vida que levaram, pois como afirma Durand (1989) “o pastor não pode fazer pré-julgamentos”, mas sim acolhendo e amando a todos, buscando ser luz para os seus caminhos.

3 As relações pré-matrimoniais visando a formação de uma família

O Papa Francisco propõe na *Amoris Lætitia* n. 31 que “o bem da família é decisivo para o futuro do mundo e da Igreja” (2016, p. 27). Partindo desse viés, Azpitarte propõe que:

Quando um moço diz a uma moça, depois de certo período de conhecimento, que a quer por esposa, o significado dessa expressão está cheio de conteúdo e tem consistência muito maior que um gesto ordinário de amizade ou companheirismo. Vivenciou silenciosamente, como graça inaudita, que a felicidade se encontra na comunhão e entrega ao companheirismo (1997, p. 241).

Um namoro que nasce de uma verdadeira e sincera amizade, vai sendo constituído ao longo desse processo de conhecimento e de interação ao ponto em que os sentimentos que ambos sentem um pelo outro é sincero, belo e puro, fazendo com que ambos decidem dar um passo além, o matrimônio. Por isso, o santo Padre nos diz na exortação *Amoris Lætitia* que “a decisão de casar e formar uma família deve ser fruto de um discernimento vocacional”, em que “os noivos se prometem entrega total, fidelidade e abertura à vida [...] levando a sério o compromisso assumido diante de Deus e a da Igreja” (AL, n. 72 e 73).

Rocca nos apresenta em seu livro¹⁴ alguns apontamentos e situações que os jovens namorados e noivos enfrentam. Elaborado em perguntas e respostas, o autor, com base na Moral da Igreja e no uso do bom senso, responde cada pergunta analisando caso por caso, dando-nos a chave de leitura necessária para agirmos – ao menos um referencial de orientação e apoio – nas diversas situações e contextos que nos serão apresentados.

Sob essas situações, no caso de namorados que são noivos há muito tempo e não casaram e questionam se não poderiam ter relações sexuais. Eis a resposta de Rocca:

No que concerne aos supostos direitos do amor, parece-me que, como cristãos, deveríamos nos recordar daquilo que Jesus repete continuamente no Evangelho: a primeira condição para podermos falar de amor verdadeiro é que o nosso comportamento esteja de acordo com os deveres de nosso estado. Jesus não nos deu os seus Mandamentos para reprimir os sentimentos e sufocar nossa liberdade, mas para ajudá-la, para revelar-nos o verdadeiro sentido das coisas e o plano de Deus sobre nós. Portanto, o amor que existe entre vocês deveria, antes de mais nada, levá-los a se ajudarem a permanecer na linha traçada por Jesus. Concordo que isso nem sempre é fácil, mas é justamente por esse motivo que Ele nos garante a graça do Espírito Santo (1993, p. 134-135).

¹⁴ Consciência e Liberdade: Respostas sobre moral a jovens e educadores. Trad. João Batista Florentino. São Paulo: Cidade Nova, 1993.

Santa Teresa de Calcutá nos diz que “o amor, para ser verdadeiro, deve custar”. Talvez seja esse o grande desafio que enfrentamos na atualidade. Não queremos sofrer, muito menos esperar. Almejamos algo e fazemos de tudo para conseguir, depois que conseguimos nos frustramos ou não sentimos nenhuma satisfação, pois o desenrolar foi rápido. O mesmo acontece com os relacionamentos em que os jovens, movidos pelos instintos e desejos sexuais, e induzidos pelo meio, cedem à tentação, praticando relações sexuais. Não há por parte da maioria uma luta ou resistência, pois os mesmos não possuem um projeto pessoal de vida, para poderem encontrar forças, lutar e esperar pelo momento do matrimônio.

Destacamos a parcela de responsabilidade que cada cristão tem para com as relações pré-matrimoniais. Precisamos nos comprometer em ajudar a construir uma verdadeira *Civilização do Amor*¹⁵, sensibilizando nossos jovens sobre a importância de viver a castidade, de viver um namoro casto, um noivado casto e um matrimônio casto. Necessitamos falar sobre a sexualidade dentro da Igreja, e não fora dela. Porém, precisamos de pessoas preparadas para esta nobilíssima missão, do contrário, estaríamos prejudicando os jovens casais.

O Papa Francisco nos diz que:

A respeito dessa necessidade, os Padres Sinodais foram concordes em sublinhar a exigência de um maior envolvimento de toda a comunidade, privilegiando o testemunho das próprias famílias, e a exigência ainda de uma radicação da preparação para o matrimônio no caminho da iniciação cristã, sublinhando o nexo do matrimônio com o batismo e os outros sacramentos (AL, n. 206).

¹⁵ Expressão usada por São João Paulo II na Audiência Geral do dia 16 de junho de 1982 sobre Civilização do Amor.

Para tanto, é preciso que as paróquias organizem não apenas formação, mas sim oportunidade de diálogo e reflexões que permitam os jovens contemplar o sacramento do matrimônio como algo nobre e correspondente a uma missão dentro do projeto de Deus, tendo em vista que “cada pessoa prepara-se para o matrimônio desde o seu nascimento” (AL, n. 208).

Viver um namoro e noivado casto é possível, porém é preciso que os jovens namorados mesmos assim o desejam. Dessa forma, tanto o moço quanto a moça devem dialogar sobre situações que lhes causam excitações e desejos e, assim, trabalhá-los para que possam resistir às tentações a fim de se fortalecer, buscando auxílio através de partilhas, oração e buscando os sacramentos da confissão e da eucaristia.

Segundo Rocca

A virgindade pode ser entendida em dois sentidos: um físico e outro espiritual nitidamente distintos. No sentido físico do termo, por virgindade entendemos a condição em que se encontra a pessoa, mulher ou homem, que nunca teve qualquer relação genital com alguém do sexo oposto.

No sentido espiritual e religioso, por virgindade entende-se a renúncia ao estado matrimonial, assumida por alguém em vista de uma consagração a Deus e de um serviço maior à Igreja e à humanidade. Na virgindade espiritual, como podemos intuir, o fator determinante é a vontade de renunciar, para o futuro, ao matrimônio e à toda atividade sexual que este possibilitaria por direito. [...] A virgindade, por conseguinte, é caracterizada por uma radicalidade maior e por uma finalidade específica com que, a partir de um dado momento, a pessoa se compromete a viver a castidade. [...] A castidade é uma expressão típica do amor cristão que nos ajuda a viver a sexualidade de acordo com as exigências e os deveres de nosso estado de vida. Ela poderá ter, portanto, diferentes expressões conforme o estado a que pertencemos (1993, p. 146-147).

Portanto, faz-se necessário chegar a uma sexualidade madura e adulta. Uma sexualidade que leva o(a) outro(a) independente da relação sexual a uma

vida de trabalho, cooperação e família, e esta só pode ser reconhecida plenamente no sacramento do matrimônio, em que o casal maduro se compromete diante de Deus na condução de uma vida plena. A relação íntima exercida pelos cônjuges é sem dúvidas o momento mais sublime da vida do casal. Por isso, a doação de um por si, através do vínculo do matrimônio, é o que os leva a acolher os filhos como forma desse amor conjugal.

Assim, contrapondo com o contexto social arraigado nas relações descompromissadas e subjetivas acima mencionadas, a Igreja orienta na preparação dos cônjuges os seguintes princípios: visão cristã da sexualidade; doação a si mesmo e ao cônjuge; respeito mútuo; chamado a uma forma especial de amor; serviço à vida. Tendo esses propósitos, o casal poderá viver sua sexualidade não como um fim em si mesmo, ou vendo o outro como mercadoria ou bem de consumo que se utiliza e se joga fora, mas sim, como uma via unitiva, como meio e expressão de amor cristão no matrimônio.

As relações praticadas antes do matrimônio estão sempre ‘fora de lugar’ para aqueles que aspiram uma vigência plena da união cristã do matrimônio. “A sexualidade como forma especial de amor cristão, só pode encontrar seu devido lugar no matrimônio” (ROCCA, 1993, p. 119). Como cristãos, não podemos ignorar a ação do Espírito Santo que *“vem auxílio a nossas fraquezas”* (Rm 8,26), e sem Ele nossa vida cristã seria impossível, uma vez que Ele é mais forte que nossos instintos e desejos, precisamos nos deixar ser conduzidos e guiados por Ele. Por isso, destacamos a importância de clamá-Lo e invocá-Lo constantemente no cotidiano a fim de nos ajudar nas mais diversas áreas de nossas vidas.

Os jovens que vivem a castidade no período do namoro e noivado são unânimes em afirmar que só conseguem vivê-la com uma vida de oração ativa e com a ajuda mútua de ambos, uma vez que o seu projeto de vida está claro e

ambos desejam viver e aguardar o momento oportuno para o ato sexual, isto é, a consumação no dia do matrimônio. Ressaltamos, portanto, a importância do diálogo e da transparência na relação que antecede o matrimônio, pois casal que dialoga consegue resolver os conflitos e as dificuldades com maior facilidade e amorosidade, uma vez que ambos estão dispostos a escutar um ao outro e, assim, unidos na fé, encontrar o conforto e as respostas que necessitam.

Pontuamos ainda que é essencial para o diálogo e a vivência da fé a participação na comunidade em que estão inseridos os jovens namorados e noivos para que possam ser acolhidos nas suas angústias e aflições, encontrando, muitas vezes, refúgio e consolo na oração, mas especialmente na participação e recepção dos sacramentos da reconciliação e da comunhão.

Contemplando essa perspectiva, Galindo¹⁶ (2021, p. 242) nos diz que “a *Amoris Laetitia* parte do fato de que o amor tem muitas maneiras de se manifestar. Uma das mais significativas é a que se vivencia na família, cuja origem e fundamento é a relação do casal”. Com a contribuição de Galindo reforçamos o que já dissemos anteriormente sobre a visão da Igreja sobre o matrimônio, em que a relação do casal é mais do que o ato procriativo, mas sim, unitivo, moldado e firmado pelo amor, companheirismo e amizade sincera, onde ambos – marido e mulher – podem e devem esforçar-se para aproximar o outro de Deus e, conseqüentemente, da salvação.

¹⁶ Jutta Maria Patrícia Battenberg Galindo é doutora em Teologia pela Pontificia Universidad Javeriana de Bogotá – Colômbia, professora na Universidad Iberoamericana (UIA) e no Instituto Franciscano de Filosofia y Teología (IFFT). Palestrante do 44º Congresso Brasileiro de Teologia Moral ocorrido em setembro de 2021 cujo tema foi ‘*Amoris Laetitia*: cinco anos de incompreensões e resistências – o discernimento moral e a benignidade pastoral não podem mais esperar’. Seu texto encontra-se no livro *Discernimento Moral e Benignidade Pastoral*, organizado por Ronaldo Zacharias e Maria Inês Castro Millen.

Considerações finais

Após essa breve e singela reflexão sobre *relações pré-matrimoniais* podemos concluir que a castidade e sua vivência sempre foram valorizadas e prezadas por povos de diversas culturas, em especial pelo povo judeu e cristão. Como cristãos seguimos os ensinamentos deixados por Jesus Cristo, enfatizado por São Paulo e ratificado pelo Sagrado Magistério e pela Sagrada Tradição que, por meio dos Santos Padres, nos apresentam a castidade como caminho a ser seguido e buscado por todos, em especial pelos namorados e noivos, onde o namoro é compreendido como um tempo de conhecimento e diálogo sobre os planos e projetos pessoais do homem e da mulher inerentes ao matrimônio, uma vez que o ato sexual realizado antes do casamento é visto como algo grave que ofende a Deus e a dignidade do ser humano, pois o mesmo se completa apenas após a união do casal pelo sacramento do matrimônio.

Sabemos que controlar os impulsos e desejos carnis não é uma tarefa fácil, porém esses podem e devem ser canalizados num propósito maior em que consiste o sacramento do matrimônio. Ressaltamos que os jovens casais não se encontram sozinhos, e é uma das funções da Igreja, e de cada batizado, orientar e conduzir os mesmos para que o período de namoro e noivado possa enriquecê-los na vivência e na preparação para a vida que irão professar, constituindo uma família, contribuindo para que os mesmos possam viver a castidade e abrirem-se à vida, quando estiverem casados, cumprindo o mandato do Senhor que nos diz "*sede fecundos, multiplicai-vos*" (Gn 1,28), abraçando os filhos como um dom e presente de Deus, vivendo segundo o exemplo da Sagrada Família de Nazaré.

Referências

AZPITARTE, Eduardo López. **Ética da sexualidade e do matrimônio**. Trad. João Rezende Costa. São Paulo: Paulus, 1997.

BÍBLIA DE JERUSALÉM. Nova edição, revisada e ampliada. São Paulo: Paulus, 2002.

BLANK, Christiane. **Construir o matrimônio na pós-modernidade: Novas estratégias construtivas e interativas para a convivência matrimonial**. São Paulo: Paulus, 2006.

CATECISMO DA IGREJA CATÓLICA. **Edição Típica Vaticana**. São Paulo: Edições Loyola, 2000.

CÓDIGO DE DIREITO CANÔNICO BILÍNGUE. **Constituição Apostólica de promulgação do Código de Direito Canônico**. São Paulo: Edições Loyola, 2017.

CONCÍLIO ECUMÊNICO VATICANO II. Constituição Pastoral *Gaudim et spes*. In: COSTA, Lourenço (Org.). **Documentos do Concílio Vaticano II**. 7. ed. São Paulo: Paulus, 2017. p. 539-661.

DURAND, Guy. **Sexualidade e fé – Síntese da Teologia Moral**. Trad. José A. Ceschin e Marcos Marcionilo. São Paulo: Loyola, 1989.

FRANCISCO, Papa. **Amoris Lætitia**. Exortação Apostólica Pós-sinodal – Sobre o amor na família. Cachoeira Paulista: Editora Canção Nova, 2016.

GALINDO, Jutta Battenberg. *Amoris lætitia* e discernimento moral: o amor se manifesta de diversos modos. In: ZACHARIAS, Ronaldo; MILLEN, Maria Inês de Castro (Org.). **Discernimento Moral e Benignidade Pastoral: para além das incompreensões e resistências à Amoris Lætitia**. Aparecida: Editora Santuário, 2021. p. 241-259.

JOÃO PAULO II, Papa. **Teologia do Corpo**. Dois Irmãos: Minha Biblioteca Católica, 2021.

JOÃO PAULO II, Papa. **Audiência Geral da quarta-feira, 16 de junho de 1982**. Disponível em: <https://www.vatican.va/content/john-paul->

ii/pt/audiences/1982/documents/hf_jp-ii_aud_19820616.html. Acesso em: 10 out. de 2021.

ROCCA, Gino. **Consciência e Liberdade: Respostas sobre moral a jovens e educadores**. Trad. João Batista Florentino. São Paulo: Cidade Nova, 1993.

VIEIRA, Kleber José *et al.* **Início da atividade sexual e sexo protegido em adolescentes**. 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ean/a/xhbCGz6p8CgXWxHdhBZJZCy>. Acesso em: 10 out. de 2021.